

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: ENTRE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

Surya Aaronovich Pombo de Barros

surya.pombo@gmail.com

O ano de 2018 é uma data significativa no que tange às relações raciais entre negros e brancos no Brasil. A efeméride marca 130 anos da lei que extinguiu a escravidão, encerrando oficialmente um sistema que durou quase quatro séculos e é parte inerente da configuração do país, das relações sociais, econômicas e raciais que aqui vêm aqui se desenvolvendo. Por um lado, há o que comemorar: as lutas da militância organizada e a resistência cotidiana da população negra influenciaram políticas públicas desde a segunda metade do século XX e vêm reverberando na paulatina (e muito lenta) mudança nos dados estatísticos e mentalidades de um país que já se apresentou como o paraíso da democracia racial. Marcos como o Estatuto da Igualdade Racial (2010), Lei N° 10.639 (2003) (que determina a inclusão de conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da escola básica), Lei N° 12.711 (2012) (que garante vagas para candidatos negros em universidades) e Lei N° 12.990 (2014) (que reserva a negros espaço em concursos públicos) são alguns entre os vários exemplos de como a questão racial se tornou a tônica do debate público no tocante à diminuição das desigualdades brasileiras. Porém, como parte do mesmo processo, as vozes que se levantaram para que tais políticas pudessem ser inauguradas continuam denunciando a discrepância das condições de vida entre brancos e negros, defendendo que esse enfrentamento permaneça na agenda pública. Entre os diferentes indicadores de qualidade de vida, a educação é área fundamental e desnuda a questão, como no título de uma reportagem recente: “Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo” (TOKARNIA, 2016). Pesquisas acadêmicas e dados estatísticos acerca de acesso e permanência na educação básica e superior, formação e prática docente, material didático e cotidiano escolar, entre outras variáveis, reforçam a ideia presente na manchete, confrontando o mito da democracia racial. Nesse contexto, o convite da *Pensar a Educação em Revista* para escrever sobre a história da educação da população negra é algo que muito nos honra.¹

A singularidade deste texto é a recomendação de realizar um apanhado do campo, indicando produções disponíveis on-line para introdução ou aprofundamento na área.

¹ Agradeço a Marcus Vinícius Fonseca pela interlocução e a Fabiana Munhoz pela leitura atenta da primeira versão do texto e por suas sugestões.

Visamos, portanto, um público que não esteja necessariamente familiarizado com a pesquisa na área, ao mesmo tempo em que desejamos que pessoas habituadas à história da educação possam aproveitar o debate e as sugestões.

Nossa proposta é desenvolver o trabalho da seguinte maneira: inicialmente, discutiremos o desenvolvimento da história da educação brasileira e a ausência da preocupação com a população negra; em seguida, apresentaremos como se deu essa mudança e como *raça*² passou a ser uma dimensão da história da educação; e, por fim, apresentaremos um panorama da história da educação da população negra atual. Em seguida, listaremos dez textos que serão brevemente apresentados, convidando interessadas e interessados para mergulhar nessas leituras que ajudam a compreender o campo de pesquisa, iluminam os debates sobre a educação e reforçam discussões mais amplas em nossa época.

História da Educação Brasileira – inicialmente uma história branca

Diferente de outras temáticas que vêm figurando nas edições da *Pensar Educação em Revista*, a incorporação da categoria *raça* na historiografia da educação brasileira é um dado recente, se observarmos comparativamente a temas bastantes presentes como formação de professores (FREITAS, 2015) ou currículo (OLIVEIRA, 2017). O objetivo deste tópico é apresentar brevemente a conformação do campo, o silêncio sobre *raça* e como tal inserção ocorreu.

De tempos em tempos, pesquisadores param para realizar levantamentos e inquirir os percursos em sua área, apontando trajetórias, vertentes, temáticas e objetos das investigações. Os balanços disponíveis (VIDAL, FARIA FILHO, 2003; GATTI JR., INÁCIO FILHO, 2005; SAVIANI, 2008) permitem afirmar que a história da educação se desenvolveu no Brasil inicialmente vinculada à construção da memória de grandes feitos educacionais (papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no final do período imperial) e à formação de professores (nas Escolas Normais e, posteriormente, em cursos de Pedagogia). Tal cenário começou a se alterar na segunda metade do século XX, com a autonomia da disciplina em relação à filosofia da educação e o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. A inserção da história da educação em programas de pós-graduação, a criação de Sociedades e Grupos de Pesquisas, a ampliação de publicações para a divulgação das

²Utilizamos *raça* não como categoria biológica, mas como conceito sociológico, conforme reivindicado pelos movimentos negros e defendido por pesquisadores (GUIMARÃES, 2003).

investigações e a organização de encontros científicos em nível nacional e internacional demonstram a vitalidade do campo desde então (VIDAL, FARIA FILHO, 2003).

Apesar do florescimento da área, a preocupação com a população negra ficou muito tempo ausente nesses estudos – investimento que outros domínios das ciências humanas já vinham realizando desde o início do século XX. É bastante conhecido o destaque dado para essa escassez por Regina Pahim Pinto. Em um balanço dos trabalhos que consideravam a intersecção entre questão racial e educação, publicado em 1992, a pesquisadora denunciava a ausência da categoria *raça* também entre os trabalhos de história da educação:

A História da Educação, por sua vez também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando à população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado (PINTO, 1992, p. 47).

Naquele momento, a denúncia era facilmente compreendida. Obras como **História da educação brasileira: a organização escolar**, de Maria Luísa S. Ribeiro (1963); **História da educação** (1989), de Maria Lúcia de Arruda Aranha, utilizadas como referências em cursos de licenciaturas, assim como outros manuais que vinham (e continuam) formando sucessivas gerações de pesquisadores e de educadores brasileiros (BASTOS, 2014) pouco se referiam a pessoas negras, fosse pela perspectiva da presença ou em destaques sobre a ausência.

Mesmo quando mencionaram essa parte da população, a tendência foi de não observar sua participação em processos analisados pelos pesquisadores, como demonstra Marcus Vinícius da Fonseca ao analisar a questão a partir do livro **História da educação brasileira**, de José Antônio Tobias, de 1972:

Contrariando a maioria das publicações da época, a educação dos negros é definida como um dos tópicos do livro e ocupa três páginas. Nessas encontramos basicamente a seguinte afirmação: ‘O negro era o escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, o negro jamais pôde ir à escola. Com dificuldade, conseguiram os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar’ [Tobias, 1972, p. 97, grifos meus]. Depois dessa afirmação em que a escravidão não é minimamente problematizada e é reduzida a um conjunto de práticas que não se diferenciam no tempo nem no espaço, o autor avança em direção ao século XIX afirmando que ‘mesmo depois da proclamação da independência e mesmo com negros libertos, não lhes será, muitas vezes em mais de uma província, permitido frequentar escolas’ (idem, *ibidem*) (FONSECA, 2007, p. 17).

Via de regra, nessas produções a menção à população negra, quando acontecia, era feita na perspectiva da interdição. Maria Lúcia A. Aranha, na reedição ampliada do manual já referido, denominado então de **História da educação e da pedagogia – Geral e Brasil** (2006), se preocupa em considerar a existência da população negra no país. Porém, ao discutir a educação brasileira desde o período colonial até o século XX, afirma: “apesar da influência dessas culturas [negras e indígenas], que podemos sentir até hoje, o que se destaca é a exclusão desses segmentos da educação formal” (ARANHA, 2006, p. 166).

Essa percepção não ficou circunscrita aos grandes manuais. Em coleção mais recente sobre história da educação brasileira, com volumes cobrindo do século XVI ao XX, há um artigo com o objetivo de discutir a educação de escravos. Nele, o autor não trata de educação escolar desse segmento, afirmando: “As escolas urbanas estavam vedadas ao ingresso de negros livres, que dirá aos cativos” (MAESTRI, 2004, p. 205), mesmo que já houvesse trabalhos mostrando o contrário no período em que o autor fazia aquela afirmação. A pequena quantidade de pesquisas disponíveis sobre o tema à época (quase inexistente no caso de Tobias e Aranha) ou o pouco contato com as já existentes (no caso de Mario Maestri) talvez ajudem a entender a ausência ou pouca menção à educação da população negra em tais produções.

Algumas tentativas de explicação foram empreendidas para justificar essa invisibilidade, dado preocupante já que a população negra correspondeu a uma expressiva parcela dos brasileiros desde o período colonial até a atualidade. Em relação ao período em que vigorou a escravidão, as duas interpretações mais recorrentes seriam: a interdição legal à matrícula e frequência de escravos (e, por vezes, negros livres)³ à escola e a dificuldade de encontrar fontes disponíveis para a pesquisa histórica sobre o tema (ROMÃO, 2005). Para o período em que o constrangimento da escravidão oficialmente terminou, o mito de fundação

³Argumentos sobre a proibição aparecem tanto em obras tradicionais da história da educação brasileira como em textos de divulgação de movimentos negros e na legislação educacional contemporânea. Para o primeiro caso, ver “Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro”, de Frei David Santos, escrito no âmbito do importante cursinho pré-vestibular Educafro, destinado a estudantes negros carentes. Aparentemente, essa produção foi responsável pela disseminação da ideia por outros espaços virtuais de militância. Tendo como fonte de pesquisa o livro “O negro no Brasil” de Júlio José Chiavenatto (1986), Frei Davi Santos parafraseia: “... pela legislação do império os negros não podiam frequentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas” (SANTOS, S-D, p. 2). Em textos oficiais, ver o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004: “O Brasil Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação do racismo que atinge a população afrodescendente até hoje. O Decreto Nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto Nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o pleno acesso dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 07)”. Nessa afirmação, *negro* é tomado como sinônimo de escravo (termo utilizado nos decretos mencionados), além de tomar uma região – os decretos se referem ao Município da Corte – para todo o Império.

da escola pública brasileira explicaria a invisibilidade da população negra na historiografia da educação (VEIGA, 2008) – supostamente a educação escolar seria para os abastados e aqueles das zonas urbanas, o que teria deixado negros de fora. Nessa chave de leitura, estes só teriam tido acesso à escola após a década de 1950, quando ocorreu a expansão do ensino público e, com isso, o acesso de negros e pobres.

Além dessas justificativas internas ao campo, outra aposta foi empreendida por quem se dedicou a pensar na questão: o pertencimento racial dos pesquisadores (inicialmente, em sua maioria brancos e brancas) também teria contribuído para a ausência de trabalhos sobre a temática (CRUZ, 2005). O gradual ingresso de pessoas negras na academia brasileira, alteração em curso nas duas últimas décadas, aliado às já mencionadas políticas públicas que incrementaram o debate sobre educação e relações raciais, seriam em parte responsáveis por impulsionar a mudança, resultando em muitas das pesquisas que serão aqui apresentadas.

Mudanças em cena: *raça* como dimensão da história da educação

Um texto de 1989 é considerado pioneiro em articular a perspectiva racial com as pesquisas na área. Nesse ano, a pesquisadora Zeila de Brito Fabri Demartini publicou aquele que seria considerado o primeiro trabalho a tratar diretamente da educação da população negra na perspectiva histórica. O artigo *A escolarização do negro na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*⁴ foi escrito no bojo de uma pesquisa maior realizada pela autora, que tratava de professores e professoras da Primeira República, na qual ela trabalhava – entre outras fontes – com relatos orais de velhos mestres e mestras. Demartini escreveu o artigo demonstrando que, embora estivesse interessada nos imigrantes italianos e japoneses, a presença negra se impôs. Nas entrevistas, diferentes depoentes mencionaram alunos(as) e professores(as) negros(as) em suas memórias, o que chamou a atenção da autora e a levou a publicar o trabalho, incentivando a realização de novas pesquisas específicas sobre o tema. Vale dizer: embora inicialmente não estivesse buscando a presença negra na escola paulista da Primeira República, o desenvolvimento da pesquisa trouxe elementos que permitiram atentar para a questão.

Junto ao pioneirismo da temática, o referido artigo permite discutir sobre uma questão fundamental: a ampliação das fontes utilizadas por historiadores(as) da educação, que lentamente permitiu a incorporação da população negra nas investigações. Tal processo

⁴ Esse texto não se encontra disponível online, por esse motivo não consta na lista das dez obras indicadas, a despeito de sua importância.

ocorreu não apenas em relação ao período republicano (abarcado na pesquisa de Demartini). Pelo contrário, investigadores(as) de todos os períodos históricos aos poucos alargaram as fontes utilizadas, permitindo a incorporação de outros sujeitos nas pesquisas.

Além da ampliação das fontes, outra modificação nas pesquisas no campo da história, em curso nos anos 1980, também influenciou a história da educação. A observação acerca das especificidades entre ser escravo e ser livre, assim como as variedades de *cores* e *qualidades* (condição jurídica) também ampliaram as possibilidades de análise. A legislação educacional de diversas províncias ao longo do século XIX, que supostamente teria interditado matrícula e frequência de *escravos* (e, em determinadas províncias e períodos, de *não-livres*, *africanos livres*, ou *pretos*) em escolas oficiais, colaborou para afirmações como as de José Antonio Tobias e Mário Maestri, já citadas. A diminuição da associação direta entre *escravo*, *africano*, *preto* e *negro*, categorias diferentes, mas muitas vezes tratadas como sinônimos, também contribuiu para as mudanças. A ampliação das pesquisas demonstra que essas interdições devem ser perscrutadas, mas que não podem invalidar outras experiências acessadas pela população negra. Vale dizer: diferentes possibilidades de ser *negro* (preto, pardo, escravo, liberto, livre, ingênuo, etc.); legislações diversas, e que se modificavam durante todo o período imperial (BARROS, 2016), diferentes modelos educativos (além das escolas públicas, havia iniciativas particulares e instituições voltadas para diferentes segmentos da população como órfãos, desvalidos, adultos, etc.) são questões que exigem análises mais complexas.

A mudança no cenário da pesquisa demonstra que argumentos como ausência de fontes e legislação proibitiva justificando a impossibilidade de pesquisas sobre população negra e educação antes de 1888 foram superados. Em relação ao século XX, campos como história da educação, política educacional, educação popular, entre outros, vêm concluindo que a ideia de uma escola apenas para brancos, abastados e urbanos é mais um mito de origem da escola pública brasileira do que algo ancorado em dados da realidade. Com essas mudanças na maneira de considerar a educação, e o próprio desenvolvimento do campo, a história da educação começou a comportar sujeitos negros.

Tais mudanças de perspectivas, a sensibilidade de pesquisadores e pesquisadoras em prestar atenção ao chamado das fontes e o *acaso* podem ser responsabilizados pelas mudanças. Uma das primeiras análises focadas no período imperial foi possível devido à existência de um conjunto de fontes singulares, que instigaram a escrita de um dos trabalhos de fôlego pioneiros sobre a temática. A obra **Aprender com perfeição e sem coação - Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte** (2000) é resultado do mestrado defendido por Adriana Maria Paulo da Silva. Inicialmente pesquisando a realidade pedagógica da Corte no

início do século XIX, a autora se deparou com um conjunto documental sobre um professor primário que pedia autorização para abrir uma escola para meninos pretos e pardos, contando com o apoio de pais e responsáveis por esses alunos, pois estes aprenderiam na base da *coação e sem perfeição* nas demais escolas oficiais, segundo os próprios sujeitos registraram em ofícios e abaixo-assinados. Ademais, o próprio professor Pretextato se apresentava como preto, o que ensejou diversas questões analisadas pela autora, especialmente acerca dos impactos da *cor* dos alunos e do professor, assim como condição (relação com a escravidão) e origem social no processo estudado (SILVA, 2002).

Ainda no final dos anos 1990, outra pesquisa sobre o magistério no Rio de Janeiro, focando na Primeira República, trouxe ao público acadêmico uma evidência até então pouco explorada: a existência de professoras negras no período imperial e seu paulatino “apagamento” depois da ascensão do regime republicano. O trabalho **Professoras Negras na Primeira República**, de Maria Lucia Muller (1999) se origina da pesquisa de doutoramento sobre professoras primárias naquele período. Utilizando fotografias de álbuns escolares como fonte, entre outros documentos, Muller argumenta que a República *embranqueceu* o magistério público, uma vez que as docentes negras desapareciam das fotografias. Essa linha argumentativa se transformou numa vertente da história da educação da população negra – a de que a República embranqueceu a escola, excluindo não apenas docentes como alunos das escolas oficiais. O livro **Diploma de brancura** – política social e racial no Brasil 1917-1945, de Jerry Dávila (2006), apresentado originalmente como tese de doutoramento, contribuiu com tal explicação sobre o período republicano. A partir de uma ampla variedade de fontes, o autor argumenta que a eugenia e as leituras de intelectuais sobre os problemas do povo brasileiro teriam sido utilizadas por reformadores da educação no sentido de *embranquecer* o país. Com isso, a escola pública teria gradualmente excluído o público negro.

No mesmo período, também cumprindo papel pioneiro, foi publicado o livro **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**, de Marcus Vinícius Fonseca (2002). Originado da dissertação defendida no ano 2000, a obra trouxe as inovações que caracterizariam essa fase da história da educação brasileira: ampliação das fontes primárias e diálogo com bibliografia sobre escravidão, história da infância e história da educação, de modo a destacar como a educação da população negra foi tratada no período de transição da escravidão para o mundo do trabalho livre.

Esses trabalhos, aos quais se seguiram outros a partir do início dos anos 2000, representam a consolidação de uma tendência na História da Educação: a incorporação da dimensão racial nas análises. As fontes primárias, outrora consideradas empecilhos para a

pesquisa em função da alegada invisibilidade da cor nos documentos, foram alargadas: além da documentação oficial da administração pública, já costumeiramente utilizada pela historiografia da educação, e lida por esses novos pesquisadores “à contrapelo”, outras possibilidades foram acessadas, tais como imprensa, fotografias, literatura, depoimentos orais, dados estatísticos, atas de assembleias, registros de irmandades e associações, entre outros suportes para acessar a presença (ou detectar a ausência) negra nos debates e realizações sobre educação.

Não apenas os tipos de fontes mudaram como a maneira de analisá-las foi alterada. Como já afirmamos, a história da educação foi influenciada pelas pesquisas que vinham se desenvolvendo nas áreas de história social da escravidão, abolição e relações raciais, que destacavam as diferenças entre ser escravo, liberto, livre, forro, pardo, preto, mestiço, mulato e outras denominações ou classificações. Dessa forma, a sinonímia entre *escravo* e *negro* começou a ser superada, dando espaço para novas análises. O cuidado em atentar para as diferenças nas experiências desses sujeitos erodiu o outro argumento para a ausência da população negra nas pesquisas: a legislação que proibiria “negros” de se matricular e frequentar as escolas. O entendimento da legislação foi matizado nos trabalhos dessa nova fase da pesquisa historiográfica. Alicerçados em referenciais teóricos como Michel de Certeau e E. P. Thompson, entre outros, autores e autoras modificaram a utilização da legislação, demonstrando que leis e regulamentos nem sempre eram seguidos ao pé da letra. Pelo contrário, resistências, conflitos e burlas às diretivas foi uma constante na relação dos agentes e sujeitos educativos com as definições legais. Nesse sentido, a legislação restritiva passou a ser interpretada como indício da presença negra no universo escolar: não fosse a procura, não teria havido necessidade de reafirmar a proibição. É o caso de nossa dissertação de mestrado **Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. Ali, discutimos o binômio “ação negra/ação branca” no tocante a educação em São Paulo (BARROS, 2005), utilizando como fontes relatórios de professores e administradores da instrução pública, listas de matrículas, relatos de militantes negros e de sujeitos que experimentaram a educação na Primeira República, e também a legislação da província de São Paulo, a fim de defender que a população negra daquela região não havia ficado alijada dos debates e realizações sobre educação escolar. No mesmo ano, Adlene Arantes concluiu a dissertação **O papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco (1874-1889)**, na qual analisou a presença de meninos oriundos de grupos desfavorecidos na sociedade,

inclusive negros e escravos, na instituição criada por missionários capuchinhos na província pernambucana.

A ampliação das pesquisas descortinou a existência de uma miríade de experiências: escolas oficiais convivendo com aulas particulares, instituições voltadas para segmentos específicos, autodidatismo, diferentes esferas de sociabilidade como clubes, irmandades, associações, espaços religiosos que também funcionavam como espaços educativos. Dessa forma, alterou a compreensão do alcance de leis restritivas (em grande parte das vezes, direcionadas para aulas públicas, deixando de lado as outras possibilidades de escolarização ou letramento).

Enquanto esses primeiros trabalhos concentravam a análise no intervalo de tempo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, com o aumento de interesse na área, todos os períodos da história do Brasil passaram a ser abarcados nas pesquisas em história da educação do negro versando da Colônia aos nossos dias.

Assim como ocorria em relação a outros grupos (brancos, indígenas), esses estudos abordam a educação da população negra por diferentes vieses, já que a escolarização é um processo associado ao período imperial. Em relação à colônia, a educação foi entendida de forma ampliada, em pesquisas que privilegiavam educação como transmissão de heranças culturais, realizadas em espaços de irmandades religiosas, relacionadas a aprendizagem de ofícios e realizadas no “universo do privado” (SILVA, 2011, p. 8).

Em estreito diálogo com a história do período colonial, especialmente referente à capitania de Minas Gerais (PAIVA, 2006), diversas pesquisas foram realizadas, inclusive focando na apreensão das habilidades de ler e escrever por escravos e forros no final do século XVIII (MORAIS, 2007). Outros investigadores também se concentraram no período colonial e início do século XIX, pesquisando diferentes capitanias como Bahia (CRESSONI, 2008), Mato Grosso (SILVA, 2008), além de Minas Gerais, inclusive articulando a questão da condição (escrava, forra) com a de gênero (JULIO, 2007).

Com isso, outras questões passaram a ser analisadas e novas problematizações ocorreram. Um artigo fundamental para entender as discussões nesse período é o sugestivamente intitulado **A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira**, em que Marcus Vinícius Fonseca (2007) se deteve na análise do campo, identificando padrões de invisibilidade em obras clássicas da história da educação brasileira em relação aos negros. Utilizando Minas Gerais como fio condutor da análise, o autor chama a atenção para a urgência de se inserir a questão racial nas pesquisas e destaca o que vinha sendo feito acerca de outras províncias. Ele argumenta:

A partir da situação que traçamos para Minas Gerais e que certamente encontra paralelo em outras regiões do país, podemos dizer que há a necessidade de rever as posturas que têm conduzido as pesquisas em história da educação e que é necessária uma atitude mais contundente no sentido de retirar a invisibilidade que vem tradicionalmente marcando os negros. Isso não quer dizer que deva haver mais uma subárea na historiografia educacional que se volte para a construção de uma história da educação dos negros. Tendo como referência Minas Gerais, pode-se dizer que não devemos apenas pleitear uma história da educação dos negros, mas, sim, uma incorporação plena dos negros nas abordagens históricas que se voltam para a problematização e compreensão do fenômeno educacional (FONSECA, 2007, p. 44).

Uma década depois da observação de Marcus Vinícius Fonseca, muita pesquisa correu por debaixo da ponte. Atualmente, a raça dos sujeitos pesquisados está presente em diferentes tipos de abordagens da área, como demonstraremos em seguida.

História da educação brasileira hoje: também negra

As principais marcas dos trabalhos que incorporam a perspectiva racial são: variedade de períodos, locais e categorias pesquisadas, grande profusão de fontes utilizadas, multiplicidade de experiências de contato com a cultura escolar, cultura escrita e cultura letrada, articulação com diferentes categorias de análise como gênero, geração e trabalho.

A nova história da educação brasileira expandiu os estudos sobre educação e população negra, em diferentes direções. Da justificativa da ausência de fontes, as investigações passaram a buscar sujeitos negros em diversos espaços, períodos, experiências oficiais e não oficiais, alargando a compreensão sobre os processos históricos pelos quais a população negra e a educação brasileira passaram. A título de análise, vamos apresentar a discussão demarcando trabalhos sobre tempos históricos, locais pesquisados, fontes primárias e tipos de experiência de contato com a escola e com o universo letrado. Nos trabalhos essas fronteiras são dinâmicas, elementos tecidos pelos autores e pelos sujeitos estudados.

Uma riquíssima produção amplia as pesquisas pioneiras acima mencionadas. Em relação ao Império, aos trabalhos já reconhecidos de Adriana Maria Paulo da Silva sobre o professor Pretextato e educação de crianças pretas e pardas na Corte (1999); de Marcus Vinícius da Fonseca (2000) sobre a presença negra na escola imperial mineira; a experiência da Colônia Orfanológica Isabel em Pernambuco, estudada por Adlene Silva Arantes (2005); e nossa própria dissertação sobre São Paulo (BARROS, 2005), se seguiram muitos outros. Alguns, realizados pelos mesmos autores, como Fonseca (2007), que aprofundou a análise sobre Minas Gerais propondo uma relação entre os dados censitários e as possibilidades de escolarização de pretos, pardos, crioulos e cabras na província mineira ou Arantes (2014), que

continuou pesquisando a educação da população negra em Pernambuco, mas passando a observar o período republicano e nossa tese sobre universo letrado e população negra na Parahyba do Norte (BARROS, 2017). Outros pesquisadores se destacaram na cena acadêmica, elegendo como principais sujeitos da pesquisa, *ingênuos* para a Bahia (CONCEIÇÃO, 2007; SOUSA, 2009), Sergipe (FIGUEIRÔA, 2007), Maranhão (CRUZ, 2008) e Paraná (ANJOS, 2010); *docentes* da Faculdade de Direito em São Paulo (CRUZ, 2009); *mulheres forras* em Minas Gerais (JULIO, 2007); *crianças negras* em Goiás (ROCHA, 2007) e São Paulo (PORTELA, 2012; REIS, 2010). E, também, pesquisas destacando o impacto da Lei do Ventre Livre (RAMOS, 2008) para a educação de crianças negras; sobre *associativismo* de trabalhadores negros e instrução em Pernambuco (LUZ, 2008; MAC CORD, 2009); sobre organizações negras e sua relação com educação (PEREIRA, 2007) ou sobre letramento de escravos (SILVA, 2018). Há, ainda, estudos que versam de maneira mais abrangente sobre educação nas províncias de São Paulo (REIS, 2005); Espírito Santo (FRANÇA, 2006); Alagoas (SANTOS, 2011); e Santa Catarina (SEBRÃO, 2010, 2015).

As primeiras décadas do século XX são pano de fundo para diferentes trabalhos. Além dos já referidos, que explicam o insucesso da educação da população negra no século XX como resultado de opções feitas durante a Primeira República (MULLER, 1999) ou Era Vargas (DÁVILA, 2006), há pesquisas acompanhando a educação no período em diferentes regiões como Rio Grande do Sul (WEIMER, 2017), Minas Gerais (RIBEIRO, SILVA, 2010), Mato Grosso (DUTRA, 2010), Santa Catarina (LUCINDO, 2010), e São Paulo (MACHADO, 2010), por exemplo. Experiências de educação refletidas e realizadas pela própria população negra ganham destaque em pesquisas sobre o Teatro Experimental do Negro (NUNES, 2012), sobre a Frente Negra Brasileira (ARAÚJO, 2008; SOUZA, 2013) e Frente Negra Pernambucana (SILVA, 2008). A abordagem dessas realizações ultrapassou os domínios da história da educação, sendo contempladas pela história social em pesquisas como a de Petrônio Domingues (2008), que analisou a importância da educação no projeto da Frente Negra Brasileira. O autor também discutiu a educação da população negra ao longo do século XX numa perspectiva histórica, articulando a análise com a Lei N° 10639 (2003) e as questões mais prementes do século XXI (DOMINGUES, 2009).

A aproximação de investigadores da história social da escravidão, do pós-abolição e do trabalho vem se mostrando profícua, como transparece na publicação de **Rascunhos Cativos: Educação, escolas e ensino no Brasil escravista** (MAC CORD, ARAÚJO, GOMES, 2017), que conta com quase duas dezenas de autores vinculados à história social e à história

da educação, cujos trabalhos se relacionam com o tema da obra em diferentes contextos e temáticas.

A discussão sobre *intelectuais negros* ou *letrados negros* também vem se destacando como um tema que modifica entendimentos solidificados tanto nas pesquisas de história como na história da educação. Diferentemente da interpretação outrora vigente, que sequer pensava no pertencimento racial dos sujeitos identificados como intelectuais, pensadores ou literatos brasileiros, através das pesquisas atuais sabe-se que estas figuras estiveram presentes em diversas províncias e também no período republicano, sendo transformados em sujeitos da história da educação brasileira. Foram analisados como grupo – exemplo dos trabalhos de mestrado e doutorado de José Antonio dos Santos sobre intelectuais negros e sua relação com a imprensa no Rio Grande do Sul (2000, 2011) –; ou como protagonistas das pesquisas – como Philippe José Alberto Júnior, investigado por Heloísa Villela (2012); De Chocolat, estudado por Rebeca Pinto (2014); André Rebouças, analisado por Rebeca Pinto e Alessandra Schueler (2013); Manuel Querino e José do Patrocínio, também discutidos por Schueler (2013, 2014); Padre Vitor, cuja figura vem sendo explorada por Marcus Vinícius Fonseca (2015); Nascimento Moraes, estudado por Marileia Cruz (2016); Israel Soares, por Alexandra Lima da Silva (2017) e Graciliano Fontino Lordão, analisado em nossa tese (BARROS, 2017). Outras personagens negras como a maranhense Maria Firmina dos Reis, professora e considerada primeira romancista brasileira atuando na primeira metade do século XXI; Virgínia Bicudo, socióloga e pioneira na introdução da psicanálise no Brasil (GOMES, 2013); Enedina Alves Marques, a paranaense que se formou em 1945, sendo a primeira engenheira negra no Brasil; os consagradíssimos Luiz Gama, Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto, entre muitos outros, que vêm sendo analisados em diferentes áreas do conhecimento, ainda merecem trabalhos específicos na história da educação brasileira.

Ao lado das obras apontadas, há um sem número de teses e dissertações que versam sobre educação de crianças pobres e desvalidas, educação doméstica, trabalho docente, entre outros temas, e que incluem trechos ou capítulos que abarcam a questão negra, artigos em revistas e publicações em anais de eventos; pesquisas realizadas em diferentes campos como história, literatura, linguística, antropologia e sociologia que dialogam com temas, sujeitos e problemas da história da educação negra. São pesquisas que mostram que a análise sobre os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade e sua inclusão (ou o contrário) em projetos e iniciativas pode lançar luzes ao debate sobre as questões atuais no que diz respeito à diversidade cultural e à cultura escolar, o que transparece na ampliação das pesquisas

mencionadas. No próximo tópico, indicaremos dez textos disponíveis on-line que podem fornecer um quadro amplo da pesquisa na área.

Textos sugeridos

A tarefa de eger dez textos para indicar como seminais se mostra desafiadora, em função da quantidade e relevância dos trabalhos disponíveis. Esperamos que essa lista sirva como porta de entrada para uma produção de grande importância, disponível em diferentes vias de acesso, virtuais ou físicas. Para fazer tal escolha, consultamos a produção sobre história da educação da população negra realizada entre 1989 e 2012 (BARROS, 2015) e atualizamos esse inventário, percorrendo as edições de 2013 a 2018 de algumas das principais publicações da área: Revista Brasileira de História da Educação, Revista de História da Educação e Caderno de História da Educação.

O critério na seleção das obras que foram indicadas ao longo do texto e serão listadas neste tópico foi a importância das pesquisas que as originaram para formar um quadro o mais completo possível da história da educação da população negra no Brasil. Optamos por privilegiar autores e autoras que se inserem na história da educação. Embora campos de conhecimento como história social, antropologia, estudos literários, sociologia e linguística tenham contribuições extremamente relevantes – abarcando temáticas, personagens, fontes ou metodologias afins às realizadas em história da educação – os limites impostos e a aspiração em fortalecer o campo justificam o recorte efetuado. Melhor dizendo: ao longo do artigo dialogamos com pesquisas realizadas em diferentes áreas, mas nesta lista privilegiaremos as pesquisas que se identificam como história da educação.

Iniciamos com o texto “Movimento negro e educação”, de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Luis Alberto Oliveira Gonçalves (2000). Escrito por pioneiros na discussão sobre educação e relações raciais, o artigo foi publicado num tempo em que a história da educação da população negra ainda não tinha se desenvolvido. Porém, o autor e a autora percorrem o século XIX e XX, denunciando a exclusão dos negros pelo sistema educacional brasileiro. Num segundo e crucial momento do texto, eles destacam as ações e reflexões de organizações negras em defesa da educação durante o século XX.

No mesmo período, Adriana Maria Paulo da Silva (2002) realizava sua pesquisa de mestrado, sobre uma experiência peculiar na cidade mais importante do Império do Brasil. No texto “A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista”, resultado da dissertação, ela apresenta a escola de

Pretextato dos Passos e Silva, professor *preto* que oferecia aulas para meninos *pretos e pardos* na Corte na primeira metade do século XIX e também suas reflexões sobre a produção da pesquisa. O trabalho foi publicado como parte do primeiro dossiê da Revista Brasileira de História da Educação, composto por textos de outros três autores envolvidos em pesquisas que abarcavam a educação da população negra (Eliane Peres, Marcus Vinícius Fonseca e Maria Cristina Cortez Wissenbach), e que também merecem a consulta.

Outra produção crucial para a visibilidade do tema é o livro *História da Educação do Negro e outras histórias*, organizado por Jeruse Romão (2005) sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC). Organizado no bojo de políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade e inclusão de diferentes segmentos da população, o livro traz capítulos de autores que vinham se projetando no campo da história da educação (Mariléia dos Santos Cruz; Geraldo da Silva e Márcia Araújo; Marcus Vinícius Fonseca, entre outros), além de resultados de pesquisas de investigadores das relações raciais e educação, compondo um bom panorama da produção naquele período.

No trabalho “Ler e escrever: habilidades de pretos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850” Christiani Cardoso Morais (2007) mostra a possibilidade de analisar o acesso às habilidades de ler e escrever por parte da população negra ainda durante o período colonial, alargando as fronteiras da história da educação e modificando os modos de perceber como pessoas de origem escrava podiam transitar naquela sociedade.

No artigo “A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira”, Marcus Vinícius Fonseca (2007), um dos mais prolíficos pesquisadores do campo, discute as alterações em curso no que se referia à história da educação brasileira e a relação com a população negra, identificando correntes e tendências e apontando as modificações urgentes. Ele analisou, ainda, o caso de Minas Gerais, e como aquele perfil da população foi inserido nos debates e realizações educacionais da província no Oitocentos.

Adentrando o século XX, Maria Lúcia Rodrigues Muller (2014) retoma seu tema de pesquisa em “A produção de sentidos sobre mulheres e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República”. Nesse artigo, a autora discute a relação entre educação, mulheres negras e a tentativa de branqueamento do magistério durante a Primeira República, usando como fio condutor a cidade do Rio de Janeiro.

Outro trabalho fundamental para compreender a trajetória da história da educação da população negra é “A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX”, de Mariléia dos Santos Cruz (2016). Nesse artigo, a autora – reconhecida por sua vasta produção sobre educação e

população negra no Maranhão do século XIX – se volta para a análise de um intelectual negro maranhense que atuou durante a primeira metade do século XX, destacando a importância de sua obra literária e de suas proposições para a educação brasileira, assim como o processo de apagamento pelo qual passou durante as primeiras décadas do período republicano no cenário da literatura maranhense e brasileira.

Produzido originalmente para ser apresentado em um colóquio internacional, o artigo “A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX)”, de Maria Helena Camara Bastos (2016) representa uma vitória da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil. A autora, muito reconhecida por sua contribuição na história da educação brasileira, reconhece a relação entre escravos e libertos e educação e faz um apanhado da questão do período colonial ao fim do imperial.

Ainda sobre a relação entre pessoas escravas e de origem negra durante o período de vigência da escravidão, o texto “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”, de nossa autoria (BARROS, 2016) pretende discutir a pergunta: “negros podiam ir à escola no século XIX?”. Comparando as legislações de diferentes províncias e destacando as diferentes possibilidades de *ser negro/a* no século XIX, procuramos acompanhar debates e realizações que excluía ou incorporavam esses sujeitos no que se referia à educação do Brasil Imperial.

Finalmente, indicamos como obra importante para um primeiro contato ou aprofundamento, o livro *A História da Educação dos Negros no Brasil* (BARROS, FONSECA, 2016). Composto por 16 artigos, o livro apresenta um panorama da pesquisa sobre o tema no Brasil. Autoras e autores contribuíram com reedições de artigos já consagrados ou com textos inéditos, que cobrem do período colonial até as primeiras experiências de implementação de cotas raciais em universidades públicas no início do século XXI, perfazendo diferentes regiões e temáticas dentro do interesse inicial que é a história da educação da população negra brasileira.

À guisa de conclusões

O cenário da pesquisa atual é muito alentador quando observamos o tratamento das discussões sobre raça, sujeitos negros e combate à desigualdade racial na perspectiva da história da educação brasileira. Como procuramos mostrar ao longo desse texto, é possível pesquisar e aprender sobre como a população negra se relacionou (e foi por vezes inserida, em

outras excluída) com a escola, educação, instrução e universo letrado em sua grande heterogeneidade. Diferentes temas, períodos, sujeitos e regiões estão cobertos por pesquisas nesse campo.

Ao mesmo tempo em que isso pode ser considerado uma vitória dos primeiros autores e comentaristas que chamaram a atenção para a importância do problema da invisibilidade, surgem outras preocupações. Uma delas é: de que maneira as pesquisas que tratam da relação entre educação e população negra podem ajudar a entender as questões contemporâneas denunciadas por pesquisadores, ativistas e dados relacionados ao acesso e manutenção na educação formal? Isto é, que processos intra e extraescolares colaboram para a perpetuação das desigualdades presentes em relatos pessoais, denúncias dos mais diversos tipos e evidenciada nas estatísticas educacionais?

Articulada a isso, outra questão relaciona-se à formação docente. Nas palavras de Marcus Vinícius Fonseca, a importância da inclusão da população negra como sujeitos é, entre outras, sua relação com a formação de professores:

A história da educação não tem sido um campo privilegiado para a problematização e tratamento das questões relativas à população negra. No entanto, trata-se de uma disciplina matricial na formação de professores e na difusão de representações sobre o processo de constituição da educação no Brasil. O reconhecimento desta condição é imprescindível para a compreensão do padrão de entendimento que se estabeleceu na historiografia educacional brasileira, cuja principal característica é a promoção da invisibilidade dos negros. Isto se manifesta através de uma afirmação equivocada, mas recorrente e corriqueira, de que, no Brasil, os negros não frequentaram escolas. Em geral, esta afirmação é dirigida para uma caracterização dos períodos em que vigorou a escravidão e tem como pressuposto básico a ideia de que neste sistema a relação entre os negros e as escolas só poderia ser pensada em termos de uma exclusão. Ou seja, o negro era o escravo e como existiam restrições legais para que os escravos frequentassem escolas estas instituições foram interpretadas sem levar em conta a possibilidade de sua relação com a população negra (FONSECA, 2009, p. 125).

O desafio ainda continua sendo como incorporar tais pesquisas e debates aos programas de formação docente. Como evitar que os lugares-comuns sobre o distanciamento, interdição total e apatia da população negra em relação à educação continuem sendo repetidos à exaustão? Como assegurar a incorporação desses debates na formação inicial de professores, nesse momento em que os debates vão no sentido de diminuição da História da Educação (e outros componentes curriculares “acusados” de demasiadamente teóricas) nas licenciaturas em Pedagogia (e a quase inexistência em outras licenciaturas)? A disseminação das pesquisas, o espraçamento dos trabalhos aqui indicados e tantos outros que tiveram de ser deixados de fora em função dos limites deste artigo devem cumprir papel importante na desconstrução da

invisibilidade denunciada por Marcus Vinícius Fonseca. Nesse aspecto, consideramos que a Revista Pensar a Educação em Revista pode contribuir de maneira fundamental, projetando as pesquisas para além dos muros das universidades e dos espaços de pesquisa acadêmica (no ensino superior). Boas leituras!

Marielle Franco presente!

Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Práticas em torno da escolarização de ingênuos na cidade da Lapa, Província do Paraná (1880-1887). In: 33ª Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambú. *Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, 2010.

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de. *Negro e Educação: da ideologia à experiência cidadã das escolas negras na em São Paulo (1930-1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado em pós-graduação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil*. 3ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Moderna, 2006.

ARANTES, Adlene Silva. *O Papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na província de Pernambuco (1874-1889)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. *Processos de racialização nas escolas primárias pernambucanas (1911-1945)*. Tese (Doutorado em Educação). 2014. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. *'Negrinhos que por ahi andão': a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil*. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-03/>

_____. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa* [on-line]. v. 42, n.3, pp. 591-605, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016000300591&script=sci_abstract&tlng=pt

_____. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. FONSECA, Marcus Vinícius (orgs.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf>

BASTOS, Maria Helena Camara. Maria Lúcia de Arruda Aranha e a História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, v. 13, n. 2, pp. 517-534, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29201/16167>

_____. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 2, 743-768, maio-ago. 2016.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CRESSONI, Fabio Eduardo. *Educação de escravos africanos: uma leitura de Vieira*. Piracicaba. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP: 2008.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

_____. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

_____. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História [on-line]*. v. 36, n.73, pp. 209-230, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000300209&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

CRUZ, Ricardo Alexandre da. *Negros e educação: as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. *Revista da Associação Nacional de Educação*, São Paulo, v. 8, n. 14, pp. 51-60, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, pp. 517-596, set./dez/2008.

_____. O recinto do sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa [on-line]*. v. 39, n. 138, pp. 963-994, 2009.

DUTRA, Paulo Sérgio. *Memórias de professoras negras no Guaporé: do silêncio à palavra*. Cuiabá, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Concepções e práticas em relação aos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

_____. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 13, pp. 11-50, jan-abr, 2007.

_____. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, v. 13, n. 28, pp. 29-59, Maio/Ago, 2009.

_____. Padre Vitor: um educador negro no Sul da Província de Minas Gerais. Congresso Brasileiro de História da Educação, 8, *Caderno de Resumos*, Maringá/PR, 2015.

FRANÇA, Aldaires Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo (1869-1889)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. História da Educação e Formação de Professores, *Pensar a Educação em Revista*. Ano 1, v. 1, n. 3, pp. 5-19, out-dez, 2015.

FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. *Matéria livre... Espírito livre para pensar: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP; Uberlândia/MG: Autores Associados/EDUFU, 2005.

GOMES, Janaína Damasceno. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, Rio de Janeiro, 134-158, Set-Dez, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, pp. 93-107, jan/jun. 2003.

JULIO, Kelly Lisle. *Práticas Educativas e Sociabilidades: Mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei (1808-1840)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos Letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Rascunhos cativos. Educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, 2017.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Séc. XVI-XVIII. v. 1. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

MORAIS, Christiani Cardoso. Ler e escrever: habilidades de pretos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 36, pp. 493-505, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a08v1236>

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras Negras na Primeira República. OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais no Brasil: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto/UFF, 1999.

_____. A produção de sentidos sobre mulheres e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Revista Interfaces da Educação*. v. 5, n. 14, 68-81, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/462/428>

NUNES, Rafael dos Santos Dias. *A formação e educação do negro pelo Teatro Experimental do Negro (TEN): um estudo a partir das páginas do jornal "Quilombo" (1948-1950)*. 2012.

Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. História do Currículo. *Pensar a Educação em Revista*. Ano 3, v. 3, n. 3, pp. 3-41, jan/mar, 2017.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América Portuguesa. DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872- 2002)*. 2007. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. *De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PINTO, Regina Pahim. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 80, pp. 41-50, 1992. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/318.pdf>

PORTELA, Daniela Fagundes. *Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. *A escravidão, a educação da criança negra e a Lei do Ventre Livre*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

REIS, Fabio Pinto Gonçalves dos. *Cidadania e Educação nos projetos de educação do negro na sociedade brasileira: séc. XIX e início do XX*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2005.

_____. *Práticas corporais e sociais com crianças negras (1822-1888)*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 21ª edição, 2010 (1963).

RIBEIRO, Betânia O. Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. *Cadernos de História da Educação*. v. 9, n. 2, pp. 363-376, 2010.

ROCHA, Fernanda Franco. *Cultura e Educação de Crianças Negras em Goiás (1871-1889)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

ROMÃO, Jeruse (org.). Introdução. *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SANTOS, Frei David dos. Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo no Brasil. S-d.

Disponível em: http://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os_sete_atos.pdf
Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas, 1907-1957*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

_____. *Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre, 2011. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Monica Luise. *A Escolarização de Negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)*. 2011. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *Eccos Revista Científica*, vol. 10, núm. Esp, 147-167, julho, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “Fazer artes e viver de ofícios”: trabalho, liberdade e educação no pensamento de Manuel Raymndo Querino (1851-1923). Simpósio Nacional de História da ANPUH, 27, *Anais...*, Natal, 2013.

_____. Educação e abolição como projetos de reforma social: trajetória intelectual e propostas educacionais de José do Patrocínio. In: VENÂNCIO, Giselle; VIANNA, Larissa M.; SECRETO, Maria Verônica (Org.). *Sujeitos da História: perspectivas e abordagens*. Niterói: EDUFF, 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. Pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto Rebouças (1838-1898): progresso, civilização e reforma social. CARULA, Karoline, ENGEL, Magali Gouvea, CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. *A educação dos negros na Província de Santa Catarina: Narrativas, expectativas, experiências. (1850-1889)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Acildo Leite da. *A civilização pelas águas e a gente de cor: urbanidades e relações educativas na vila-capital da Capitania de Mato Grosso (1752-1835)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *“Aprender com perfeição”*: escolarização e construção da liberdade na corte da primeira metade do século XIX. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

_____. *Aprender com perfeição e sem coação*. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Série Passado/Presente. Brasília: Editora Plano, 2000.

_____. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, pp. 145-166, jul-dez 2002.

SILVA, Alexandra Lima da. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO*, v. 21, pp. 1-17, 2017.

_____. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 A 1888). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, pp. 1-29, 2018. Disponível em: http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/1001/pdf_235

SILVA, Fátima Aparecida. *A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores: José Vicente Lima – década de 1930*.

2008. 125f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e Práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUSA, Ione Celeste de. Para os educar e bem criar – tutelas, soldadas e trabalho compulsório de ingênuos na Bahia (1878-1897). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Por uma est(ética) da beleza na História, 25, 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. *Pelas páginas dos jornais: Recortes Identitários e Escolarização do Social do Negro em São Paulo (1920-1940)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TOKARNIA, Mariana. “Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo”. *Agência Brasil*. Brasília, 18/11/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo> Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

VEIGA, Cinthya Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação* v. 13, n. 39, pp. 502-516, set./dez. 2008.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. [online]. v. 23, n. 45, pp. 37-70, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

VILLELA, Heloisa de Oliveira S. A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). *Relações Raciais no Contexto Social, na Educação e na Saúde*. Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor. *Revista Brasileira de*

História da Educação. Maringá-PR, v. 17, n. 2 (45), pp. 235-259, Abril/Junho 2017.
Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/618>